

Trabalho Original ou Revisão de Literatura (integrativa, de escopo e narrativa)

		IX ENCONTRO SOBRE VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR: UMA VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ANAIS DO ENCONTRO - ISSN 2237-1877 Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia Jequié, 4, 5 e 6 de novembro de 2024
---	---	--

**VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: IDENTIFICANDO OS DIFERENTES
TIPOS DE ABUSO E DESRESPEITO NO PARTO**

Emanuelle Silva Souza¹;
Laila da Massena Silva¹;
Zulmerinda Meira Oliveira²;
Luana Moura Campos².

Introdução

A Violência Obstétrica (VO) é caracterizada como qualquer forma de violência designada à mulher em trabalho de parto, parto e pós-parto. Seja ela de caráter físico, psicológico e verbal. A mesma ocorre na maioria das vezes por falta de humanização na assistência à mulher, tirando sua autonomia e poder de decisão sobre seu corpo e seu trabalho de parto e, muitas delas cometida na maioria das vezes por profissionais de saúde (Oliveira; Elias; Oliveira, 2020).

Durante a gestação e parto a mulher passa por uma etapa de transformações e modificações tanto físicas como emocionais, e o parto que era um momento idealizado e sonhado por ela acaba se tornando um momento traumático que carrega marcas para a vida inteira. Diante disso, a VO ainda é caracterizada em diferentes tipos, como a violência por negligência, violência física, violência verbal e violência psicológica (Silva *et al.*, 2024).

No que se refere ao perfil das mulheres que são mais acometidas por esse tipo de violência se destaca, a mulher com baixa escolaridade e que não tem conhecimento científico sobre a VO, mulheres negras e com condições socioeconômicas desfavoráveis (Da Cunha *et al.*, 2020).

Diante do exposto, o Ministério da Saúde implantou a Rede Cegonha em 2011 como forma de enfatizar a humanização do parto, redução da morte materna e neonatal e questões relacionadas ao aborto e puerpério entre outras questões (Rodrigues, 2023).

Contudo, apesar dos avanços que existem, ainda no Brasil não existe nenhuma legislação a nível nacional que caracteriza a VO como penalidade para os profissionais e instituições de saúde que pratique este tipo de violação a parturiente (Pereira, 2022).

¹Acadêmica do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Campus de Jequié. E-mail: emanuellesilva192@gmail.com; lailadamassenasilva@gmail.com

² Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Docente do Curso de Graduação em Enfermagem da UESB. E-mail: zulmerinda.meira@uesb.edu.br; luana.campos@uesb.edu.br

Objetivo

Este estudo objetiva conhecer como a literatura científica atual aborda a tipologia da violência obstétrica.

Métodos

Trata-se de um estudo de caráter descritivo, na modalidade de revisão de literatura, que visa analisar a descrição de um corpo do conhecimento em busca de resposta a uma pergunta específica, além de observar o fenômeno em questão, investigando anseios, aspirações, opiniões e necessidades. Esse método permite uma aproximação mais profunda com a temática, levando o pesquisador à elaboração de novas ponderações e abordagens (Gil, 2019).

Desse modo, a pesquisa da revisão de literatura foi realizada em junho de 2024, nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), utilizando os seguintes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Violência Obstétrica, Saúde da Mulher e Cuidado de Enfermagem, com a aplicação do operador booleano “AND” entre os termos na caixa de busca. Esse processo resultou na identificação de 52 artigos. A seleção dos artigos obedeceu aos critérios específicos de inclusão, que consistiam em artigos científicos em texto completo, gratuitos, publicados nos últimos 5 anos e disponíveis em português, inglês ou espanhol, resultando em um total de 20 artigos. Após a leitura dos resumos dos artigos foram descartados cinco artigos por não contemplarem o objetivo do estudo, resultando uma amostra final de 15 artigos.

Resultados e Discussão

De acordo com a literatura, a VO é considerada um dos tipos de violência que a mulher no período gravídico pode vivenciar, o que na maioria das vezes muitos dos profissionais de saúde ultrapassam a autoridade excluindo a mãe das decisões sobre seu corpo e retiram o papel de protagonista no momento que ela mais necessita de apoio e assistência. Sendo assim, a VO pode ser caracterizada ainda de ordem verbal, psicológica causando sentimentos de inferioridade, abandono, medo, desconforto e insegurança, ameaças, mentiras, chacotas, piadas, humilhações, grosserias, chantagens, omissões de informações entre outras (Melo *et al.*, 2022).

O processo de gestar e parir segue um curso fisiológico natural, com cada gestante de forma singular, não devendo realizar intervenções desnecessárias, que podem repercutir na saúde do binômio mãe e filho. Contudo, Nascimento *et al.* (2022) nos apontam que 43,1% dos partos vaginais possuem intervenções. Uma das ocorrências mais comuns é a realização da episiotomia, quando realizada com intuito de acelerar o processo de parto, que tem como principais consequências dor, sangramento, infecção e disfunção do assoalho pélvico.

De acordo com um estudo realizado com puérperas no Ceará foi evidenciado que algumas mulheres desconheciam os atos que aconteciam durante a hospitalização, o que caracteriza VO como a falta de comunicação dos profissionais e passavam boa parte dos momentos sozinhas sem direito ao acompanhante. Ainda foi relatado entre as puérperas do estudo uma cultura de medo da morte relacionado ao processo de gestar e parir, vivendo dentro de um espaço que esses pensamentos são propagados (Melo *et al.*, 2022).

Além disso, os estudos também apontaram o uso da tricotomia, privação de alimento, administração deliberada de ocitocina, amniotomia precoce de rotina, adoção da posição supina, o incentivo aos puxos voluntários (manobra de Valsalva) e o Kristeller, tais procedimentos como episiotomia, fórceps e até mesmo cesarianas, coadunam com a prática da VO. Assim, o parto considerado como evento fisiológico, ao sofrer intervenções, além de ocasionar repercussões físicas negativas para a parturiente, acabam apagando expectativas e

sonhos. A realização desses procedimentos de forma indiscriminada evidencia a VO por parte de muitas mulheres durante o processo de parturição (Souza *et al.*, 2019).

De modo geral, os estudos enfatizam a necessidade de os profissionais de saúde realizar assistência criando vínculos de respeito e confiança com as mulheres em processo de parturição, esclarecendo os procedimentos, explicando com linguagem clara e simples, para que a mulher se sinta segura e acolhida. Além disso, prestar assistência seguindo os regulamentos, que respaldam as ações, a fim de promover assistência segura, com qualidade e humanizada. Assim, respeitando as singularidades de cada parturiente (Melo *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2022; Oliveira; Elias; Oliveira, 2020).

Nesse contexto, faz-se necessário que os profissionais da área de saúde estejam aptos para garantir assistência qualificada e humanizada à parturiente, adotando medidas de explicação dos procedimentos e restringindo os invasivos, contraindicados, garantir a presença do acompanhante durante todo processo, além de possibilitar a escolha do tipo de parto pela mulher. Em contrapartida, muitas das mulheres dos estudos relataram que reconheciam o termo VO, devido aos cursos que participaram, ouviu na residência, relato de colegas e também por experiência própria (Melo *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2022; Oliveira; Elias; Oliveira, 2020).

Outros achados na literatura pesquisada foi que muitas das mulheres que adentram ao serviço de saúde buscando assistência obstétrica, podem ser vítimas de situações desagradáveis, como privação de informações a respeito do estado de saúde, evolução do parto, comentários que geram ofensas, insultos, humilhação. Existem diversos tipos de VO que vão além de procedimentos técnicos, mas também pelo uso de termos ofensivos, repreensões, ameaças contra as mulheres e seu bebê no momento do parto. Assim, alterações do tom de voz e o uso de palavras que causam humilhação, classificadas como violência verbal e psicológica são apontadas com frequência e até mesmo consentidas pelos profissionais (Sousa *et al.*, 2021; Souza *et al.*, 2019).

Ademais, o profissional de saúde ainda tem um papel essencial de promover assistência à parturiente, trazendo segurança, conforto e confiança, planejamento da assistência humanizada, linguagem clara, acessível, explicar todo o processo, deixar livre o seu poder de decisão sobre procedimentos, esclarecer dúvidas necessidades, bem como informar dos riscos e benefícios dos procedimentos, promover a autonomia, garantir a segurança do binômio mãe e filho (Melo *et al.*, 2022; Nascimento *et al.*, 2022; Oliveira; Elias; Oliveira, 2020; Sousa *et al.*, 2021).

Conclusão

A crescente discussão sobre a violência obstétrica nos últimos anos tem impulsionado movimentos sociais e legislativos em busca de mudanças. Essas iniciativas visam promover ações humanizadas, garantir o respeito à autonomia das mulheres e exigir a responsabilização dos profissionais e instituições de saúde. Portanto, combater a VO é fundamental para garantir o direito das mulheres a um atendimento digno e respeitoso, e a promoção de políticas públicas é crucial para transformar as práticas obstétricas e melhorar a qualidade do cuidado materno.

Descritores: Violência Obstétrica. Saúde da Mulher. Cuidado de Enfermagem.

Eixo Temático: A saúde coletiva no enfrentamento da violência.

Referências:

DA CUNHA, Adriana Loureiro; HENRIQUES, Rafaela Batista Lopes; DA SILVA, Thuane Rodrigues; DA SILVA, Maria Regina Bernardo; TERTULLIANO, Kátia; ARMADA E SILVA, Helena Cristina Dias de. Produção de conhecimento sobre violência obstétrica: O lado invisível do parto. **Nursing Edição Brasileira**, Osasco, v. 23, n. 260, p. 3529-3532, jan. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 7ª edição. São Paulo: Atlas; 2019.

MELO, Bruna Larisse Pereira Lima; MOREIRA, Felice Teles Lira dos Santos; ALENCAR, Rayane Moreira de; MAGALHÃES, Beatriz de Castro; CAVALCANTE, Edilma Gomes Rocha; MAIA, Evanira Rodrigues; ALBUQUERQUE, Grayce Alencar. Violência obstétrica à luz da teoria da diversidade e da universalidade dos cuidados. **Revista Cuidarte**, Bucaramanga, v. 13, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2022.

NASCIMENTO, David Ederson Moreira do; BARBOSA, Jessiane Caetano; ISAÍAS, Bruno Barreto; NASCIMENTO, Renato Bruno Holanda; FERNANDES, Emmanuel Martins; NETO, Raimundo Tavares de Luna. Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. **Nursing Edição Brasileira**, Osasco, v. 25, n. 291, p. 8242-8253, ago. 2022.

OLIVEIRA, Mariana Roma Ribeiro de; ELIAS, Elayne Arantes; OLIVEIRA, Sara Ribeiro de. Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Revista de enfermagem UFPE**, Recife, v. 14, n. 243996, p. 1-8, jan./dez. 2020.

PEREIRA, Camila Fernandes. Violência obstétrica: a necessidade de uma legislação específica para garantir a punibilidade efetiva desse crime. **Repositório Institucional do Unifip**, v. 7, n. 1, 2022.

RODRIGUES, Eline Cristina Guerreiro; FERREIRA, Thais Gabrielly da Costa; SILVA, Itamires Laiz Coimbra da. Cuidados de enfermagem na violência obstétrica: revisão de literatura. **Revista Eletrônica Acervo Enfermagem**, Campinas, v. 23, n. 1, p. e11582, jan./jun. 2023.

SILVA, Julia Carla Oliveira; BRITO, Letícia Maria Cavalcanti; ALVES, Eloisa Simões; NETO, José Bandeira de Medeiros; JUNIOR, José Ledesvan Pereira dos Santos; MARQUES, Nielson Mendes; LOPES, Thalisson Max de Oliveira; ALEXANDRE, José de Almeida; SANTOS, Luciano José Ramos Pimentel. Uma revisão sistemática sobre a prevalência e os tipos de violência obstétrica na saúde e no bem-estar das mulheres no Brasil. **Research, Society and Development**, Vargem Grande Paulista, v. 12, n. 5, p. e8212541526-e8212541526, abr. 2023.

SOUSA, Maria Patrícia Vitorino de; SANTOS, Lohany Sthéfany Alves dos; CALDAS, Geovana Renaisa Ferreira; BATISTA, Francisco de Assis Moura; SILVA, Cicero Rafael Lopes da. Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem. **Nursing Edição Brasileira**, Osasco, v. 24, n. 279, p. 6015-6024, ago. 2021.

SOUZA, Ana Clara Alves Tomé de; LUCAS, Pedro Henrique Campolina Silva; LANA, Tahbatha Costa; LINDNER, Sheila Rubia; AMORIM, Tarcata; FELISBINO-MENDES, Mariana Santos. Violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista de Enfermagem da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. e45746-e45746, jan./dez. 2019.